

INTERFACES DA EDUCAÇÃO

APRESENTAÇÃO DO NÚMERO DA REVISTA INTERFACES DA EDUCAÇÃO: IMPACTOS DAS NOVAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS NA ATUALIDADE: PERSPECTIVAS E DESAFIOS

Kátia Cristina Nascimento Figueira¹
Léia Teixeira Lacerda²
Maria Leda Pinto³
Marta Regina Brostolin⁴

Esta edição da *Revista Interfaces da Educação* da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul apresenta ao leitor uma ampla discussão a respeito dos impactos causados pelas políticas educacionais, que influenciam diretamente a produção do conhecimento como desafio na profissão docente contemporânea.

Há também textos que foram debatidos na *IX Jornada de Educação de Mato Grosso do Sul* organizada, bianualmente, pelos pesquisadores da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul; da Universidade Católica Dom Bosco e da Universidade Anhanguera-Uniderp, da área de Educação, que constituíram a Comissão Organizadora do evento realizado no segundo semestre de 2012.

Além de oportunizar o debate dos resultados de pesquisas esse evento possibilitou o intercâmbio fértil entre os estudiosos que investigam a organização e a dinâmica das políticas públicas no Brasil e destacou o valor desse conhecimento teórico para que o leitor compreenda as relações existentes entre o processo educativo, a constituição dessas políticas e, sobretudo a consolidação da formação de professores.

¹ Doutora em Educação pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Docente do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* - Mestrado Profissional em Educação da UEMS/Unidade Universitária de Campo Grande/Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul – UEMS.

² Doutora em Educação pela Universidade de São Paulo (USP). Docente do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação da UEMS/Unidades de Campo Grande e Paranaíba/ Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul – UEMS. Vice-Líder do Grupo de Pesquisa: Educação, Cultura e Diversidade, CNPq.

³ Doutora em Filologia e Língua Portuguesa pela Universidade de São Paulo (USP) Docente do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Letras da UEMS/Unidade de Campo Grande/ Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul – UEMS. Líder do Grupo de Pesquisa: Educação, Cultura e Diversidade, CNPq.

⁴ Doutora em Desenvolvimento Local pela Universidad Complutense de Madrid, UCM, Espanha. Docente do Programa de Pós-Graduação em Educação - Mestrado e Doutorado da Universidade Católica Dom Bosco – UCDB. Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas da Docência na Infância/GPEDI, CNPq.

Nessa perspectiva, essa edição da Revista é o resultado de investigações e fecundas discussões que se constituem em uma tentativa de síntese das pesquisas desenvolvidas no interior dos Programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação no Brasil. Tentativas de síntese porque se baseiam nas reflexões dos pesquisadores a partir das suas concepções teóricas que fundamentam a prática pedagógica, contemplando temáticas que problematizam aspectos fundamentais para a compreensão dos acadêmicos e dos pesquisadores da área de educação.

O elo entre os artigos apresentados situa-se na implementação das políticas públicas em educação e seus diversos vieses com a formação de professores no país. Desse modo cada um dos autores enfoca diferentes aspectos dessa complexa temática.

No texto de abertura as autoras Kátia Cristina Nascimento Figueira; Léia Teixeira Lacerda e Maria Leda Pinto apresentam uma reflexão sobre as políticas públicas instituídas no Brasil, em uma perspectiva da história da educação, enquanto temática debatida na 9ª. edição da *Jornada de Educação de Mato Grosso do Sul*, realizada em Campo Grande, no ano de 2012. Esse evento contribui para um amplo debate entre os profissionais, acadêmicos e pesquisadores da educação, permitindo-lhes repensar e aprimorar as políticas públicas regulamentadas pelo governo brasileiro presentes no funcionamento das instituições escolares.

Em seguida temos a discussão apresentada por Jacira Helena do Valle Pereira sobre as políticas de formação inicial de professores no contexto atual, em especial às críticas relativas a essas políticas em Mato Grosso do Sul. A autora apresenta dados das licenciaturas no referido Estado, obtidos por meio do Cadastro da Educação Superior (e-mec) e analisa a expansão quantitativa do Ensino Superior, bem como a prevalência do ensino privado sobre o público.

Na mesma linha de investigação sobre as políticas de formação inicial de professores Marta Regina Brostolin e Evelyn Aline da Costa de Oliveira analisam as dificuldades enfrentadas pelas professoras da Educação Infantil e o desafio de articular e gerir as situações desafiadoras do cotidiano, utilizando os saberes adquiridos na Universidade. Os resultados evidenciam que apesar de dificuldades salariais e de

relacionamento com os pais, as professoras se sentem satisfeitas com a profissão, o que permite, nas experiências cotidianas, superar perspectivas negativas, ressaltando que o apoio da equipe escolar contribui para a criação de vínculos profissionais necessários para obtenção de vivências docentes bem sucedidas.

A contribuição das autoras Soraia Kfoury Salerno e Alzeni de Jesus Correia Fulchini se constitui em uma reflexão sobre o Ensino Fundamental de Nove Anos, nas Escolas da Rede Pública de Ensino do município de Londrina, no Estado do Paraná. Essa investigação aborda o processo de implementação da Lei de nº. 10.172, de 9 de janeiro de 2001, que estabeleceu a implantação progressivamente do Ensino Fundamental de nove anos com a inclusão das crianças de seis anos de idade. Segundo as autoras entre os resultados obtidos, cabe destacar a ausência de um projeto de educação que contemple a ‘ampliação’ do Ensino Fundamental de oito para nove anos, associada às condições de trabalho e a fragilidade da competência técnica do docente que atua no primeiro ano, bem como o esforço dos profissionais em adequar o material didático e as práticas pedagógicas para oportunizar a aprendizagem dos seus estudantes.

O artigo de Maria Aparecida de Souza Perrelli apresenta um balanço dos trabalhos debatidos nas últimas edições do *Congreso Internacional del Profesorado Principiante e Inserción Profesional a la Docencia* realizadas em 2008, 2010 e 2012. De acordo com a autora o início de qualquer carreira é, comumente, uma fase de tensões e aprendizagens intensivas. No âmbito do magistério, essa etapa tem despertado a atenção dos estudiosos da área que destacam as dificuldades enfrentadas pelos professores iniciantes e a importância do apoio a esses profissionais, nessa fase especial da carreira. O objeto do presente texto são as pesquisas e experiências de apoio ao professor iniciante, debatidas no referido Congresso.

Da mesma forma, o artigo das autoras Eliane Greice Davanço Nogueira e Ana Paula Gaspar Melim investiga questões sobre os percursos vivenciados pelos acadêmicos, vinculados ao Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência/ PIBID, por meio do subprojeto: *Ateliês formativos de professores alfabetizadores: construindo práticas eficazes*, desenvolvido no Curso de Pedagogia da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul/UEMS. O trabalho foi desenvolvido em uma Escola da

Rede Pública de Campo Grande, que apresentou baixo desempenho no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica/IDEB.

Nessa direção as autoras reafirmam que o PIBID reforça a ideia do papel da Universidade no processo formativo/investigativo da docência, pois muito mais do que estruturar, transmitir, ajudar a adquirir saberes, possibilitam as trocas que ampliam a articulação dos conhecimentos — tanto da trajetória de vida desses acadêmicos, como de suas experiências — que estabelece uma rede de formação, subsidiado pelos estudos teóricos. As autoras constataram ainda que os acadêmicos bolsistas, ao realizarem a formação inicial, também se beneficiam do processo formativo proposto no subprojeto, o que lhes permite vivenciarem processos diferenciados em sua formação.

No quadro das políticas públicas, Mara Lúcia Ramalho; Arlete Barbosa dos Reis e Ricardo Nogueira realizam uma revisão bibliográfica sobre a importância da interação entre a teoria e a prática, na formação docente em cursos na modalidade a distância, tendo em vista a necessária organização de uma política para a implantação de cursos nessa modalidade na Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri/UFVJM. Para esses autores as inúmeras possibilidades de contribuições da Educação a Distância para a universalização e democratização do ensino, possibilitam levar essa modalidade de formação a diferentes regiões do país, por mais difícil que seja o acesso a esses profissionais. Entretanto, não se pode perder de vista as implicações que essa oferta pode representar para a área da educação, caso os cursos não tenham indicadores de avaliação no que diz respeito à qualidade da sua execução.

Já o artigo de Ana A. Arguelho de Souza e Gilberto de Souza Stefan, analisado em uma perspectiva da Ciência da História, discute a educação musical formal no Brasil e a importância de Villa-Lobos nessa tarefa, como contribuição para os estudos dessa área, no Ensino Fundamental contemporâneo. De acordo com os autores a disciplina Música, recém inserida no currículo das Escolas brasileiras, nasce no Colégio Pedro II e ganha expressão com a Escola Nova. Ao refletir sobre a atuação de Villa-Lobos frente à educação musical do país, os autores afirmam ser incontestável a contribuição do maestro para a formação cultural e musical do povo brasileiro. A partir da década de 1930, por meio da disciplina obrigatória de canto orfeônico nos currículos escolares e

por toda a efervescência musical apontada pelos pesquisadores da área da música e da educação é possível vislumbrar um novo perfil de país e de educação.

Por sua vez, Suzana Pinguello Morgado e Vanessa Freitag de Araújo advogam favoravelmente aos aspectos da educação em direitos humanos, focando na área de políticas públicas educacionais. Esses autores destacam a necessidade de realizar um estudo do histórico da consolidação dos direitos do homem, bem como compreender o ser humano enquanto portador desses direitos. O momento histórico da organização da Declaração dos Direitos Humanos é fundamental para compreender a influência desse documento na organização da educação brasileira.

Ao analisar os documentos oficiais que regulamentam a educação no país, esses autores destacam a valorização da diversidade cultural em suas diferentes formas de manifestação, garantindo, o conteúdo das políticas, a inclusão no sistema de ensino regular, bem como os mais diferentes atores sociais. Esses aspectos da valorização da diversidade e o respeito ao multiculturalismo é reflexo de um momento histórico em que os direitos humanos ganham visibilidade, tornam-se valorizados e implementados.

Marco Aurélio da Silva e Aristéia Mariane Kayser focalizam em suas reflexões a necessidade de uma gestão escolar descentralizada, que evidencia ser o fio condutor para minimizar as lacunas no que se refere a problemática da desigualdade social. Para esses autores o administrador e/ou gestor do Ensino Público, precisa conhecer e implementar as diversas normas; os referenciais e a legislação específica da gestão escolar. Deve ser, portanto inovador, incentivador de todos os atores envolvidos na comunidade escolar, estimulando-os e motivando-os a desenvolverem um contínuo processo formativo que considere as transformações ocorridas na sociedade brasileira.

Cleomar Locatelli e Arinalda Silva Locatelli discorrem sobre um estudo de caso desenvolvido na Rede Pública de Ensino, no Norte do Estado do Tocantins, na região chamada Bico do Papagaio, em Tocantinópolis. O estudo reuniu informações sobre o perfil socioeconômico dos professores, considerando o acesso a bens materiais, culturais, bem como a sua qualidade de vida. Os resultados relacionam a vida e as condições concretas desse grupo de professores à sua atuação na Educação Básica. Os autores constataram entre outros aspectos que as condições materiais de trabalho não

favorecem uma qualidade de vida plena e nem prepara de forma adequada esses docentes para as exigências atuais da profissão, no que diz respeito especialmente, ao domínio de um amplo conhecimento de mundo e do campo da informação, em tempos de novas tecnologias.

Na sequência, Mariluce Bittar e Suzanir Fernanda Maia analisam o processo de implantação do ProUni nas IES Comunitárias com base na experiência da Universidade Católica de Goiás (UCG), tendo como objetivo investigar as mudanças ocorridas na IES com a implantação do ProUni, no período de 2005 a 2008. Para essas autoras na perspectiva de uma política social, o ProUni se insere no âmbito das políticas educacionais, configurado mais como um programa de governo do que uma política de Estado, principalmente se considerarmos a Educação Superior como um direito social, que deveria se assegurar constitucionalmente. Desse modo, o ProUni possibilita o acesso, mas ainda deve ser aprimorado com relação a permanência do acadêmico na Universidade até a conclusão da sua graduação.

Jefferson Carriello do Carmo nos leva a reflexão sobre o Ensino Médio Integrado como concepção educativa de formação integral, estabelecendo um elo entre os conceitos de trabalho, ciência e cultura. De acordo com o autor a necessidade de implementar a referida formação implica em que historicamente, o capital vem apropriando-se do trabalho, da ciência e da cultura, ocasionando por um lado, um impasse posto pelo avanço da democratização da escola básica e do acesso ao saber científico e tecnológico e por outro lado, as forças hegemônicas, por meio do consenso, atraem os jovens para os processos funcionais da escola, a fim de atender o mercado de trabalho. Para esse autor, o nosso desafio está na construção de uma escola unitária de Ensino Médio que tenha no seu espaço institucional a concepção educativa de formação integral, com a finalidade de superar a dualidade histórica entre a formação básica e a profissional.

Como organizadoras deste volume da Revista salientamos apenas alguns dos ensinamentos e perspectivas relevantes que fazem deste número uma fonte de pesquisa aos leitores que desejam iniciar a sua trajetória de investigação no campo das políticas públicas. Entretanto é cada leitor que irá extrair outros aspectos valiosos dos artigos

para as suas reflexões, pois todos os textos apresentam resultados de pesquisas com problematizações teóricas elucidativas, bem como um número significativo de referências para uma Revista da área de Educação.

Esperamos que este número da *Revista Interfaces da Educação* ofereça a seus leitores um conjunto de informações, ideias e propostas que os instiguem a prosseguir em seus projetos de pesquisa e em sua prática profissional.